

**IV Conferência Internacional de Políticas
Públicas e Ciência de Dados
Livro de Resumos Alargados**

Mirandela | 21-23 Maio. 2026

livro de resumos

Título

IV Conferência Internacional de Políticas Públicas e Ciência de Dados:

Livro de Resumos Alargados

Editores

Bernadete Bittencourt, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Cláudia S. Costa, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Clarisse Pais, Instituto Politécnico de Bragança

Jean Mercereau, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Márcio Martins, CITEd, Instituto Politécnico de Bragança

Roberto Vaz, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Sónia P. Nogueira, UNIAG, Instituto Politécnico de Bragança

Susana Ferreira dos Santos, Instituto Politécnico de Bragança

Design Ferdinando Silva

Tema

Territórios e Sociedades em Rede

Edição

Instituto Politécnico de Bragança

Editorial

Localidade: Bragança, Portugal

Ano: 2026

ISBN: 978-972-745-371-9

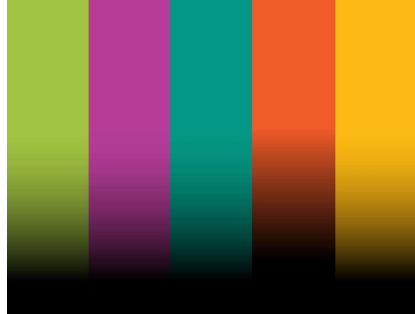
DOI: 10.34620/978-972-745-371-9

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/35928>

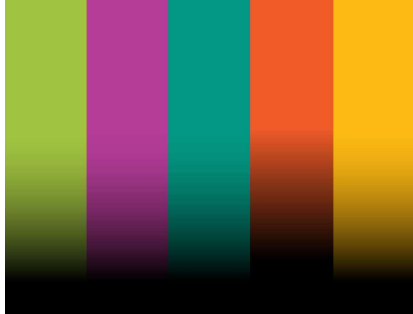


Mirandela . 2026





<i>Arquiteturas Local-First para segurança pública em regiões de baixa conectividade: evidências de uma aplicação resiliente para a Amazônia</i>	<i>313</i>
<i>A Política Pública de Recolha Oficial de Animais de Companhia: Fatores de Escolha Municipal em Portugal</i>	<i>317</i>
<i>Classificação automatizada de crimes em boletins de ocorrência: estruturação metodológica e preparação de base textual para apoio à decisão em contexto amazônico.....</i>	<i>321</i>
<i>Reduzir a assimetria de informação na proteção do consumidor: governação local e políticas públicas em Cabo Verde.....</i>	<i>325</i>
<i>Entre visibilidade e construção simbólica do território: o interior nos noticiários da RTP ...</i>	<i>329</i>
<i>Ambientes promotores de inovação como nós de ecossistemas territoriais: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal.....</i>	<i>338</i>
<i>Associativismo cultural e ecossistemas digitais em Matosinhos: governança, distribuição territorial e dinâmicas de participação</i>	<i>343</i>
<i>Domínios preponderantes no mapeamento cultural da Área Metropolitana do Porto em 2026</i>	<i>347</i>
<i>Fundos comunitários e desenvolvimento territorial: uma análise exploratória do município de Bragança</i>	<i>352</i>
<i>Governança e inclusão social: "novo" PAC como alicerce de redução de desigualdades nos municípios paranaenses</i>	<i>360</i>
<i>Sobre o Altruísmo Fiscal e o Desenvolvimento Local: Aplicações de Modelagem Preditiva para o Planejamento dos Municípios Paranaenses.....</i>	<i>364</i>
<i>A elaboração do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de São José dos Pinhais: uma análise da pesquisa-ação sob a ótica da governança pública.....</i>	<i>369</i>
<i>Descarbonização, intensificação e trade-offs ambientais: evidências do Renovabio no setor sucroenergético brasileiro.....</i>	<i>374</i>
<i>Cidades inteligentes para além da tecnologia: o projeto a "revolução dos baldinhos" como prática territorial sustentável</i>	<i>379</i>
<i>Predição da gravidade de sinistros nas rodovias federais (BR) no estado do Paraná, Brasil</i>	<i>383</i>
<i>Qualitative and quantitative evaluation of surface water in the municipality of São José do Rio Preto – SP.....</i>	<i>389</i>
<i>O desafio da qualidade: a meta 7 do plano municipal de educação de Rio Branco-Acre e as políticas públicas para o IDEB.....</i>	<i>393</i>
<i>Avaliação da usabilidade de um sistema web de gestão de academias: uma aplicação do método Suitability Assessment of Materials (SAM).....</i>	<i>399</i>
<i>Austeridade fiscal e desigualdade no Brasil (2016–2022): uma análise comparativa das agendas de ajuste e seus efeitos sobre investimento público e políticas sociais</i>	<i>403</i>



Reduzir a assimetria de informação na proteção do consumidor: governação local e políticas públicas em Cabo Verde

Reducing information asymmetry in consumer protection: local governance and public policy in Cabo Verde

Paulo Ventura¹, Rute Couto², Cláudia S. Costa²

¹ Instituto Politécnico de Viseu

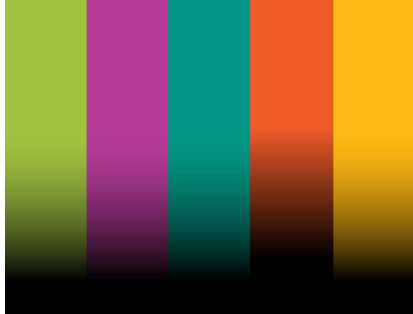
² Instituto Politécnico de Bragança

Abstract

Information asymmetry continues to be a significant market failure in consumer relations, especially in peripheral regions characterised by low literacy, weak institutional presence, and limited access to specialised support. In these contexts, consumer vulnerability not only hampers market efficiency but also undermines equity and access to justice. This extended abstract draws on the policy instruments framework proposed by Weimer and Vining (2017) to analyse the role of local government in addressing information asymmetry through municipal consumer protection policies, focusing on the municipality of Mosteiros, Cape Verde, as a case study. The empirical research involved a questionnaire survey administered to 308 residents between April 21 and May 3, 2025. The results reveal significant gaps in consumer literacy and institutional awareness: 29.5% of respondents are unaware that consumers have legally protected rights, 33.4% have encountered consumer-related problems in the last 2 years, and 69.8% do not know of any institutions that can assist with conflict resolution. However, the findings also indicate strong support for local intervention: 86.7% of participants believe it is important to establish a municipal consumer information and support service, and 76.3% stated they would use such a service in the event of a conflict. This paper argues that municipal action can play a vital role in addressing informational imbalances, boosting consumer literacy, and enhancing access to justice in settings with weak institutions. It concludes by discussing the establishment of a Municipal Consumer Information and Support Service as a locally-focused policy instrument aligned with effective governance and citizen-centred public action.

Keywords: Consumer protection; Information asymmetry; Local governance; Public policy; SDG 16

Palavras-chave: Proteção do consumidor; Assimetria de informação; Governação local; Políticas públicas; ODS 16



Objetivos

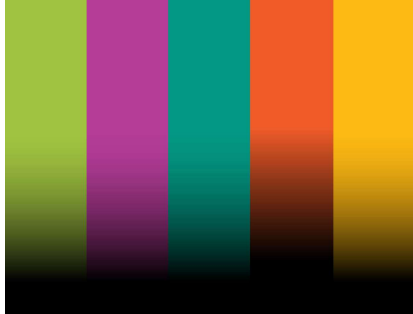
A assimetria de informação constitui uma falha de mercado particularmente relevante nas relações de consumo, limitando a capacidade dos consumidores de decidir de forma esclarecida e de exercer eficazmente os seus direitos. Nas relações de mercado, o profissional tende a dispor de maior informação, de controlo dos canais de comunicação e de maior capacidade para explorar a complexidade contratual, o que acentua a vulnerabilidade do consumidor. Neste quadro, a intervenção pública surge como necessária para corrigir desequilíbrios, promover escolhas informadas e assegurar maior justiça económica e social (Alves & Moreira, 2004; Santos, 2012; Weimer & Vining, 2017). Em contexto local, esta intervenção ganha particular relevância, uma vez que a proximidade dos municípios aos cidadãos os coloca em condições especialmente favoráveis para a promoção dos direitos dos consumidores (Figueiredo & Passos, 2025). Neste enquadramento, o presente estudo tem como objetivo analisar em que medida a intervenção municipal pode constituir uma resposta relevante à assimetria de informação nas relações de consumo, tomando como caso o município de Mosteiros, em Cabo Verde. Em concreto, pretende-se: i) identificar as necessidades dos consumidores no que respeita à informação e ao apoio; ii) aferir o grau de conhecimento dos seus direitos e das entidades existentes; iii) analisar a incidência de problemas de consumo; e iv) avaliar a recetividade social à criação de um Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor. O estudo procura, assim, discutir a defesa do consumidor como um domínio legítimo de política pública local.

Metodologia

O estudo adota uma abordagem quantitativa, com base num inquérito por questionário aplicado presencialmente no município de Mosteiros entre 21 de abril e 3 de maio de 2025. Foram obtidas 308 respostas válidas. O instrumento de recolha foi organizado em três blocos: perfil do consumidor, conhecimento e experiências nas relações de consumo e perceções sobre a eventual criação de um serviço municipal de apoio. Esta estratégia metodológica procurou captar níveis de literacia contratual, experiências de conflito, conhecimento institucional e expectativas quanto ao papel da autarquia. Os dados foram tratados essencialmente através de estatística descritiva.

Principais resultados e contributos

Os resultados evidenciam fragilidades relevantes. Embora a maioria reconheça que os consumidores têm direitos protegidos, 29,5% dos inquiridos desconhecem essa proteção legal. Além disso, 33,4% afirmam ter enfrentado problemas com produtos ou serviços nos dois anos anteriores. Mais expressivo ainda é o défice de notoriedade institucional: 69,8% não conhecem qualquer entidade capaz de apoiar



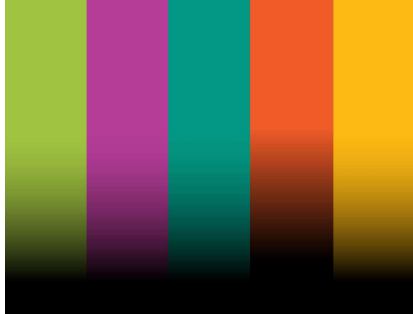
a resolução de conflitos de consumo. Em contrapartida, o estudo revela uma forte legitimidade social para a intervenção municipal. Cerca de 86,7% dos inquiridos consideram importante a criação de um Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor, e 76,3% afirmam que o utilizariam com certeza em caso de conflito com um fornecedor. Estes dados sustentam a proposta de criação de um serviço municipal de proximidade, com funções informativas, educativas, orientadoras e de mediação. O principal contributo do estudo reside em demonstrar que a defesa do consumidor pode ser pensada também à escala municipal, como instrumento de justiça económica local, de reforço da cidadania e de aproximação institucional.

Discussão

Os resultados confirmam que a assimetria de informação permanece um fator estruturante da vulnerabilidade dos consumidores, sobretudo em territórios periféricos. Neste quadro, a resposta pública não deve limitar-se à mera existência abstrata de normas ou entidades nacionais, mas incluir mecanismos locais de proximidade que tornem a informação acessível, inteligível e acionável. Esta leitura é coerente com a perspetiva de Weimer e Vining (2017), segundo a qual a intervenção pública deve mobilizar instrumentos diferenciados para corrigir falhas de mercado, incluindo a prestação de serviços, a disseminação de informação e os mecanismos de mediação. Acresce que, como defendem Alves e Moreira (2004) e Santos (2012), compete ao poder público criar condições que assegurem acesso equitativo à informação e restabeleçam o bom funcionamento dos mercados. O caso de Mosteiros sugere, por isso, que a autarquia pode desempenhar um papel relevante na mitigação desta falha de mercado, sobretudo através de instrumentos leves, próximos e orientados para a prevenção e a mediação. A proposta do Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor ganha especial pertinência enquanto resposta institucional ancorada no conhecimento do território e nas necessidades efetivamente sentidas pela população. Neste sentido, a proximidade entre municípios e munícipes constitui uma condição favorável à proteção dos direitos dos consumidores, como assinalam Figueiredo e Passos (2025).

Limitações

O estudo apresenta limitações que importa reconhecer. Trata-se de um estudo de caso, circunscrito a um único município, o que limita a generalização dos resultados. Acresce que a amostra, embora expressiva, não é estatisticamente representativa da população. Ainda assim, os resultados permitem identificar tendências consistentes e produzir evidências relevantes para apoiar a reflexão e a intervenção municipal.



Conclusões

O estudo permite concluir que a proteção do consumidor pode e deve ser pensada como matéria de política pública local, particularmente em contextos periféricos, onde persistem défices de literacia, informação e apoio institucional. Em Mosteiros, os dados mostram, simultaneamente, vulnerabilidade informacional e forte aceitação social de uma resposta municipal estruturada. A criação de um Serviço Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor surge, assim, como proposta plausível, socialmente legitimada e potencialmente replicável em outros contextos semelhantes. O seu interesse reside não apenas na função informativa e de apoio, mas também na capacidade de aproximar a administração local dos cidadãos e de reforçar a efetividade dos direitos do consumidor num território periférico. Nesta perspetiva, a intervenção municipal não deve ser entendida como complementar ou assistencial, mas como uma estratégia relevante de justiça económica, inclusão e boa governação local (Figueiredo & Passos, 2025; Weimer & Vining, 2017).

Referências bibliográficas

- Alves, A. A., & Moreira, J. M. (2004). O que é a escolha pública? Para uma análise económica da política. Principia.
- Figueiredo, J. M., & Passos, S. L. (2025). O direito do consumidor e os municípios. *Revista de Direito Local*, (45), 7–28.
- Santos, J. A. (2012). *Economia pública* (2.ª ed.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Weimer, D. L., & Vining, A. R. (2017). *Policy analysis: Concepts and practice* (6th ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315442129>